

Apresentação

O texto apresentado nas páginas que se seguem não esconde minhas raízes já cavadas nas terras da psicanálise. O leitor irá acompanhar o estranho trabalho que foi desterrar-me, ao menos em parte, para realizar o esforço teórico de adentrar em um novo campo de conhecimento. Os encantos que me proporcionaram essa viagem pela filosofia foram muitos. Aventura por vezes temida, por vezes tediosa, por vezes inebriante, o trajeto findou com a sensação de que foi um percurso necessário para que o retorno à psicanálise pudesse ocorrer.

Lacan serviu-se de idéias e pensamentos de áreas diversas da psicanálise, como a filosofia, a lingüística e a matemática, para poder avançar em seu trabalho e em suas articulações teórico-clínicas. No uso que fazia dessas áreas, costumava subverter o conhecimento a fim de utilizá-lo de acordo com seus objetivos. Alguns podem pensar que, assim, ele não se comprometia com um rigor teórico, mas enganam-se. O rigor teórico manteve-se certamente, porém sempre ao lado da psicanálise. Por isso, muitos filósofos, lingüistas e matemáticos protestam quando se dispõem a ler Lacan. Por vezes, uma certa indignação impede que se possa realizar o esforço de compreender os objetivos a que Lacan se propunha ao fazer um uso plástico e criativo, porém rigoroso, das teorias e pensamentos que lhe encantavam e que lhe serviam tanto.

Acompanharemos a leitura do trabalho realizado por Lacan no intuito de formular para a psicanálise uma ética. Para isso, ele debruçou-se sobre a filosofia e fez da *Crítica da razão prática* de Kant sua referência maior. A *vontade pura* formulada por Kant é a base para que Lacan apresente o que ele considera a principal questão para a ética da psicanálise: aquilo que ele denomina, em analogia à *vontade pura*, de *desejo puro*. A filosofia prática de Kant atravessa, assim, todo o trabalho que se segue. O objetivo é compreender o teor das formulações kantianas acerca da *ética do dever* e as razões que levaram Lacan a recorrer a tais formulações para formular uma *ética da psicanálise*.

Um percurso árduo, certamente. Porém, instigante e desafiador. Espero que os leitores possam dividir comigo os encantos, perigos e aventuras dessa viagem.

Introdução

Kant produziu na filosofia uma revolução. Com a *Crítica da razão pura*, propôs que a verdade sobre o objeto dependia da referência a partir da qual os objetos poderiam ser conhecidos. Com essa mudança, procurou definir as certezas possíveis no campo do conhecimento filosófico, uma vez que não se pode construir conceitos filosóficos como se constroem conceitos matemáticos ou físicos, pois são saberes de naturezas distintas. A filosofia precisa encontrar sua própria estratégia, embora inspirada nas certezas alcançadas pela razão em outros domínios.

Com Kant, o conhecimento humano está necessariamente atrelado ao modo como a razão apreende e pensa o mundo. Ele propõe faculdades independentes de toda e qualquer experiência. É a partir delas que toda experiência e todos os objetos dados são vividos e percebidos pelo sujeito. É a partir delas que o sujeito pensa e conhece o mundo. Por exemplo, a faculdade da sensibilidade é marcada por intuições *a priori* puras que são o espaço e o tempo. Não há como o sujeito extrair-se do espaço e do tempo, de modo que sua experiência está fadada a ser sempre por eles enquadrada.

Na *Crítica da razão pura* (1781), Kant distingue aquilo que o sujeito pode conhecer daquilo que pode pensar. Assim, remete o que se pode conhecer aos objetos dados no mundo. Esses objetos fenomênicos são sempre vistos como causados - há sempre algo que os antecede e que os causa - e, por isso, são passíveis de serem estudados e conhecidos pela razão humana. De outro lado, Kant especifica o campo do pensamento. Os objetos do pensamento não podem ser vistos da mesma maneira e, portanto, a alguns deles não se pode atribuir uma causa anterior e não estão a nada condicionados. São eles os objetos sobre os quais a metafísica irá se debruçar. Kant denomina-os: Deus, a imortalidade da alma e a liberdade. Um filósofo não pode jamais ter a pretensão de conhecer tais objetos como um físico pode pretender conhecer, por exemplo, a célula ou o fenômeno do crescimento. Os objetos passíveis de serem apenas pensados, esses não causados e que são, portanto, incondicionados, são chamados *noumênicos*.

Dentre eles, como vimos, Kant localiza a liberdade. Ela é peça fundamental para o estudo que desenvolveremos nas páginas que se seguem. A liberdade é necessária para

que a ética possa ser pensada. Sem ela, o sujeito é apenas um ser condicionado e causado naturalmente, tal como uma nuvem. Como pensar a ética de uma nuvem? Ela é livre para decidir se irá chover ou não? Impossível. A ética, vinculada às motivações que levam o sujeito a agir, só pode ser pensada, assim, a partir da liberdade, a partir daquilo que no que no sujeito é incondicionado. Portanto, a distinção entre conhecer e pensar realizada por Kant na *Crítica da razão pura* permite que uma parte da razão não esteja submetida à causalidade dos objetos dados na medida em que pressupõe um outro tipo de causalidade, fundada na idéia do incondicionado, e possibilita, assim, um pensamento sobre a ética.

Na *Crítica da razão prática* (1788), referência maior para o presente estudo, Kant debruça-se sobre o problema da ética. É nela que ele pretende alcançar uma certeza para o campo da ética. Tem a intenção de descobrir um enunciado capaz de fundamentar e orientar a ação humana em todos os casos. O imperativo categórico, criado por ele, vem encarnar aquilo que é o coração de uma ética denominada por Kant de *ética do dever*, calcada na razão e em uma vontade dita pura, desvinculada de todas as inclinações chamadas causadas, condicionadas ou patológicas.

O dever desatreia-se de tudo aquilo que no sujeito Kant denomina patológico, proveniente do *pathos*, dos afetos. Isso porque os afetos são sentimentos causados e não podem determinar uma ação que se quer livre. Segundo Kant, a inclinação do sujeito é agir guiado por seus afetos, onde pensa encontrar prazer e felicidade. A proposta kantiana é que o sujeito possa agir livre das inclinações patológicas, guiado apenas pela noção de dever. Estudaremos a proposta kantiana de uma ética do dever no primeiro capítulo da presente dissertação e nele o leitor poderá acompanhar como Kant acredita ser possível tal formulação.

Freud, por sua vez, um século após a revolução kantiana, afirma que a teoria psicanalítica é a terceira grande ferida narcísica da humanidade. Lista-as: Copérnico, com o heliocentrismo retira a Terra e com ela o homem do centro do universo; Darwin, com a teoria da evolução lança a suposta superioridade humana ao reino animal; e o próprio Freud, com a teoria sobre o inconsciente, que retira da razão o centro do sujeito. Ao afirmar que o *eu* não é senhor em sua própria morada, Freud descentra a razão como o ponto fixo em torno do qual giraria o sujeito e lança o sujeito racional a um lugar desconcertante, com um controle ínfimo sobre suas ações e decisões.

Freud faz referência ao imperativo categórico kantiano em sua obra ao remetê-lo a um conceito cunhado por ele denominado *supereu*. Estudaremos, no segundo capítulo,

os percursos freudianos a respeito da lei moral e o que pode ter levado Freud a realizar uma analogia entre imperativo categórico e supereu. A passagem por Freud é essencial para o prosseguimento do estudo, pois é ele quem apresenta a idéia de que o sujeito não está inclinado ao prazer e à felicidade, como pensava Kant. Para Freud, há no sujeito um certo empuxo a um campo que está para além do prazer e da felicidade. Aquilo que está *Além do Princípio do Prazer* é uma noção freudiana fundamental para compreendermos o pensamento de Lacan, autor sobre o qual iremos nos debruçar nos capítulos três e quatro dessa dissertação. Lacan, nos anos de 1959 e 1960, retoma Freud para pensar uma *ética da psicanálise*.

A partir de Freud e de sua análise sobre o que aponta para além do Princípio do Prazer, Lacan vai a Kant, a Sade e a Sófocles. Kant é para ele referência fundamental para pensar a ética da psicanálise, pois não há, sem Kant, modo de pensar o incondicionado, o *puro*. A partir da *vontade pura* formulada por Kant para pensar a ética do dever, Lacan formula, analogicamente, um *desejo puro* para a ética da psicanálise. Foi Kant quem formulou uma “inteligibilidade subjetiva de onde as decisões não estão motivadas desde o ponto de vista das leis da natureza” (Miller, 2000a, p.16). Isso é um ponto de virada kantiano tão fundamental que, sem ele, a psicanálise não teria sido possível. Não seria possível pensar o sujeito de que trata a psicanálise sem a idéia de que há nele algo que não está submetido às leis da natureza, ao condicionado ou ao patológico. A vontade e o desejo serão os temas sobre os quais trabalharemos no terceiro capítulo da presente dissertação.

No entanto, Lacan realiza uma leitura do pensamento ético kantiano bastante perturbadora, a qual abordaremos no quarto e último capítulo. Aproximando-o de Sade, ponto máximo de uma ética libertina, Lacan pretende mostrar que os dois autores, Sade e Kant, lançam o sujeito de suas éticas ao que está além do Princípio do Prazer. Segundo Lacan, “Sade é o passo inaugural de uma subversão da qual, por mais picante que isso pareça, considerada a frieza desse homem, Kant é o ponto decisivo, e jamais identificado, ao que saibamos, como tal.” (Lacan, 1998, p. 776). Kant, com todo seu esforço racional, não consegue, segundo Lacan, escapar do que no sujeito o atravessa para além da razão e o impulsiona ao campo do *gozo*. E é para lá também que o *desejo puro* – noção cunhada por Lacan em analogia à *vontade pura* kantiana – direciona-se. Antígona serve a Lacan para demonstrar a solução “trágica” a que se pode chegar quando o desejo puro é levado ao seu extremo.

A ética da psicanálise tem, assim, em seu coração, o desejo. Embora Lacan não a denomine explicitamente *ética do desejo*, ele aborda a questão de tal modo que nos abre a possibilidade de assim a dizer e pensar. O *Seminário da ética da psicanálise* (1959-60) é precedido por um outro seminário (1958-59) no qual o desejo e sua interpretação eram os temas centrais. Nesse período em que abordava diretamente o desejo, Lacan já fazia referência à necessidade de se pensar uma ética que levasse em consideração o desejo em toda sua força. Em um texto de 1958, afirma: “Cabe formular uma ética que integre as conquistas freudianas sobre o desejo” (Id., [1958] 1998, p. 621). E, em outro texto, esse de 1960, afirma: “Uma ética se anuncia, convertida ao silêncio, não pelo caminho do pavor, mas do desejo” (Lacan, [1960] 1998, p. 691). É, assim, com base no trabalho de Lacan sobre o lugar do desejo para a ética que nos sentimos autorizados a fazer uso da expressão *ética do desejo*.

Nas considerações finais, o leitor irá encontrar não um resumo do que está exposto nos quatro capítulos da presente dissertação, mas breves reflexões sobre alguns pontos que nos pareceram mais interessantes e intrigantes a partir da discussão que nessa dissertação empreendemos. Desejamos àquele que se decidir por percorrer conosco as páginas que se seguem, uma boa leitura.